

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *o Liberal*

Class.: 44

Data: 06/12/88

Pg.: \_\_\_\_\_

## Desmatamento classificado de assustador por pesquisadores

4968

"O grosso da Amazônia ainda tem o aspecto da floresta contínua. Isso faz com que muita gente imagine que o desmatamento ainda não atingiu uma escala alarmante. Mas os números das estatísticas, das pesquisas e relatórios contradizem o que se vê, ou se pensa ver. Na realidade, as metragens das áreas desmatadas são assustadoras. Imaginem um campo de futebol sendo aberto a cada 5 segundos, durante o ano inteiro. Ao final do ano, teríamos uma área de cerca de 35 mil quilômetros quadrados devastada. Corremos o risco de uma situação desse porte caso continuem a devastar desordenadamente a floresta amazônica". Essa denúncia foi feita por Phillip Fearnside, do Departamento de Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisa Agrária - INPA, ontem, na abertura do seminário 'Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois'.

Estiveram presentes o diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, Guilherme de la Penha, Adélia de Oliveira, antropóloga e vice-diretora de Pesquisa, e Philippe Lena, pesquisador francês dedicado ao estudo da colonização, expansão e suas consequências. Nos discursos de abertura, foi ressaltada a importância da realização de um seminário sobre o assunto, considerado polêmico e controverso; o efeito da colonização e expansão populacional sobre uma região vasta e que se configura como patrimônio mundial, pela riqueza de sua fauna e flora. Apesar da lista de inscritos para o seminário incluir 100 participantes, o auditório do Idesp, local do seminário, não estava com a sua lotação esgotada.

A aplicação inadequada dos recursos econômicos e financeiros destinados aos incentivos para fixação do homem, e conseqüente progresso da região, é o ponto alto das discussões. No final do seminário, os participantes pretendem estabelecer um balanço entre os saldos positivos e negativos da situação atual da colonização e expansão populacional na Amazônia.

Para Adélia Oliveira, "um seminário como esse que se instala, pretendendo debater questões ligadas à fronteira agrícola na Amazônia, torna-se extremamente importante para a avaliação de conhecimentos

até agora obtidos, a fim de subsidiar o homem, para que este deixe de ser usado como meio e se torne o mentor e o fim do processo de desenvolvimento, atingindo o objetivo de bem-estar para toda a população envolvida no processo".

### Discrepância

O primeiro trabalho a ser apresentado, logo após a abertura, foi 'Desmatamento e desenvolvimento da agricultura na Amazônia', por Philip Fearnside. Em suas colocações, Fearnside abordou a diferença entre os relatórios finais feitos pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), de São Paulo, e o Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas (INPA). "No relatório do INPE, são analisados alguns dados territoriais que não fazem parte da Amazônia Legal, como os Estados de Goiás e Mato Grosso, em sua totalidade", disse Fearnside. "Em compensação, Roraima e Amapá fi-

cam de fora da análise de dados sobre queimadas e desmatamento". E contrapôs os dados do INPA, onde a Amazônia legal, em sua totalidade, incluindo Roraima e Amapá, são pesquisados.

O que mais preocupa Fearnside, a nível de ecologia, é a incapacidade de regeneração da floresta amazônica. "Depois de destruída a flora original, o que resta é um solo desgastado e sem capacidade de se recompor com os mesmos espécimes de vegetação que tinha antes de ser queimado ou de ter suas árvores derrubadas". A explanação de Fearnside foi acompanhada de exposição de slides sobre o tema, mostrando paisagens originais da floresta, queimadas e derrubadas, plantios posteriores e a situação do solo após o desgaste sofrido, tornando-se improdutivo.

A erosão do solo também é objeto de estudo do pesquisador.

Fearnside mostrou, inclusive, uma afirmativa do projeto Radam-Brasil, feita em 1978, onde eram estabelecidos critérios de aproveitamento do solo que entram em conflito com a realidade científica. "O Radam-Brasil deliberou que as terras mais suscetíveis à erosão fossem destinadas às pastagens, porque acreditavam que o capim favorecesse o solo na aquisição de nutrientes e não interferisse no desgaste do solo e ajudasse a conter o processo de erosão".

Segundo pesquisas de Fearnside, o processo de erosão é bastante grave na área de pastagens e ainda há o agravante do desgaste dos fosfatos encontrados à flor do solo. E concluiu: "As reservas de fosfato estão concentradas no Sul do país. Na Amazônia, as quantidades são incipientes, suficientes, apenas, para o equilíbrio ecológico. Quanto maior a erosão, maior o desgaste do solo e maior o risco de destruição".

## Os erros de um satélite

O NOAA 9, o satélite usado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para medir o desmatamento na Amazônia, capta, ao mesmo tempo, fumaça e calor, o que induz os computadores a considerar toda a área coberta por cada sensor — 1 milhão de m<sup>2</sup> — como um foco de fogo. Em muitos casos, na verdade existe fogo apenas em uma parte da área, e fumaça e calor ao redor.

Há dois meses, o INPE anunciou que 20 milhões de hectares da Amazônia, 12 milhões de floresta virgem e 8 milhões de hectares de áreas desmatadas — um território igual a dois Estados da Paraíba — tinham sido queimados de julho a setembro de 1987. O cientista americano Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), entretanto, contesta esses números, afirma que eles são muito menores e denuncia a imprecisão dos métodos de sensoriamento remoto por satélite.

Total — Segundo Fearnside, as áreas desmatadas na Amazônia em setembro de 1987 somavam apenas 3,5 milhões de hectares e não 8 milhões. O cientista chegou a esse número utilizando técnicas e cálculos diferentes do INPE. "Minha idéia é avaliar o total da área desmatada e não o total queimado", explica. Fearnside também baseia seus cálculos no sensoriamento dos satélites, mas ele usa o satélite americano Landsat, cuja capacidade de resolução fotográfica — 120 metros quadrados — é bem mais precisa do que a do satélite, também americano, NOAA 9, usado pelo INPE. "Comparei as fotos do Landsat ano após ano para observar a corrida do desmatamento e cheguei a conclusão dos 3,5 milhões de hectares desmatados", afirma.

O INPE, explica o engenheiro Alberto Setzer, coordenador do sensoriamento de queimadas por sa-

télite, baseou-se na variação percentual registrada durante os seus estudos sobre desmatamento. "Durante dois anos, estudamos duas áreas no norte de Mato Grosso e em Rondônia atingidas pelas queimadas para verificar quanto era mata virgem queimada e quanto era área recém-desmatada. O resultado indicou que 40% do que fora queimado era área recém-desmatada. Passamos, então, a adotar esse número como variável constante para calcular o total de área desmatada dentro do total de área queimada", explica Setzer.

Naturalmente, os números assim calculados apresentam desvios consideráveis. O maior deles é a amostragem limitada do território que deu origem ao índice de 40%. "Adotamos esse valor apenas para termos uma magnitude do problema, mas sei que o número é impreciso", admite Setzer. Além disso, o satélite NOAA 9 é adequado apenas para a detecção das queimadas, e não de áreas desmatadas. "Para saber o total de área desmatada, é preciso um satélite de resolução menor, como o Landsat usado por Fearnside", reconhece Setzer.

Setzer pretende continuar adotando os mesmos métodos que usou até agora, mas vai solicitar ao governo federal apoio financeiro para a realização de um estudo específico para o levantamento do total de áreas desmatadas e para o aprimoramento das técnicas de sensoriamento. "Sei que ainda temos muito o que aperfeiçoar, mas pelo menos estamos dando uma magnitude do problema", acredita Setzer.

Só quando essa capacidade minuciosa de aferição global do problema for conquistada, será possível avaliar a extensão do desmatamento na Amazônia. A destruição é grave e preocupante mas, aparentemente, é menor do que se supunha.

## Os índios e sua própria fronteira

"Somos os donos da terra. Somos os soldados aqui mesmo da terra. Porque esta terra não foi doação. Foi só uma ajuda que o governo deu para nós garantirmos a nossa terra". Esse depoimento de um jovem da tribo Cambéba, da Barra de Missão, na região do Médio Solimões, fornece a medida exata da análise política realizada pela pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi e doutoranda em Ciências Sociais da Unicamp, Priscila Faulhaber, em seu trabalho "Soldados da terra: territorialidade indígena e reversibilidade da fronteira". A pesquisadora apresentou sua tese, ontem, pela parte da tarde, no auditório do Idesp, durante o seminário "Amazônia: fronteira agrícola 20 anos depois", que discutiu a questão da fronteira agrícola dentro da perspectiva das populações tradicionais.

Priscila relatou que o eixo central de sua pesquisa assentou-se na experiência realizada a partir de 1987, na região de Tefé, no Médio Solimões, onde seis grupos indígenas — Miranhas, Cambébas, Maiurunas, Caixanas, Ticunas e Cocanas —, que reunidos somam cerca de 1.500 pessoas, realizaram com o auxílio da Funai, a autodemarcação de 50 mil hectares de terras. Na opinião da pesquisadora, essa autodemarcação representa um fato político e se constitui em uma perspectiva de reversibilidade da política oficial de fechamento da fronteira. Segundo ela, a autodemarcação pode ser entendida como um mecanismo de diferenciação social, se comparada com a consolidação de uma estrutura de concentração fundiária a nível nacional — "que não apresenta nenhuma possibilidade de mudança da situação social no tocante à apropriação fundiária e à dinâmica das relações de sujeição/dominação".

Entendida pelos indígenas como um instrumento de consolidação e garantia de seus direitos enquanto cidadãos brasileiros, a luta pela demarcação das terras, conforme o trabalho da pesquisadora, ainda está permeada por algumas contradições, como o fato da demarcação — apesar de intermediada pela Funai — ainda não ter sido homologada pela Presidência da República. A história do reconhecimento oficial do aldeamento indígena na região do Médio Solimões inicia, segundo a pesquisadora, em 1928, quando o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) reconheceu as áreas indígenas de Miratu e Méria, com a demarcação desta última no ano seguinte. Essas áreas, entretanto, já eram reconhecidas an-

teriormente como aldeamentos e pertenciam ao patrimônio da prelazia de Tefé, tendo sido ocupadas por grupos indígenas migrantes com o consentimento da Igreja.

As terras da União também sofreram ocupação semelhante. Em 1980, os diversos grupos indígenas organizados passaram a reivindicar a demarcação de suas terras. Em 1982, as áreas foram delimitadas e, em 1985, uma equipe da Funai permaneceu por três meses na área, mas não



Priscila: um fato político

realizou o trabalho de demarcação pleiteado pelos indígenas. Esse fato acabou provocando a mobilização efetiva dos grupos indígenas no sentido da autodemarcação de suas terras; ensejando, também, "práticas de mobilização autônomas em relação à ação da Funai, como forma de garantir os limites de seus territórios da ação dos madeireiros, peixeiros, garimpeiros, além de outros invasores sistemáticos". O trabalho apresenta, também, relatos e depoimentos, onde a

concepção indígena de fronteira geográfica, política e sociológica é colocada de maneira clara por um jovem Cambéba: "Nós demarcando nossa área, fizemos uma fronteira".

Segundo a pesquisadora, esse entendimento não pressupõe uma concepção homogeneizada em relação à questão da terra. Para ela, "a luta pela demarcação no sentido do reconhecimento da territorialidade indígena deve ser concebida como uma estratégia política de afirmação destes povos", resguardando-se, entretanto, as diversas interpretações sobre o significado do espaço fundiário. Dentro da perspectiva diferenciada proporcionada pela autodemarcação das terras, a pesquisadora ressalta a modificação das relações de comercialização da produção. Segundo ela, na região do Médio Solimões, já está caracterizada uma crise no sistema de patronagem tradicional, onde as figuras do patrão e do tuxaua, se não desapareceram, estão perdendo parte de seu poder de arregimentação política e econômica.

Esse fenômeno, segundo ela, além de estar proporcionando relações relativamente mais livres, ensejou o aparecimento de novas lideranças, "cuja representatividade é submetida à decisão de coletividades reunidas em assembleias. A figura do patrão, por exemplo, passou a ser desempenhada por qualquer comerciante que o índio estabeleça relação comercial, e o que tem prevalecido é a venda a quem oferece os melhores preços. A pesquisadora concluiu estabelecendo a territorialidade indígena como um mecanismo de afirmação política da identidade e cidadania, "que pode determinar uma reversibilidade da questão da fronteira, o que significa que as tensões políticas poderão ser revertidas em função do fortalecimento dos interesses das minorias étnicas".

Ela ressalva, porém, que essa hipótese é pouco provável em face do recrutamento dos conflitos fundiários em áreas de fronteira. Segundo a pesquisadora, a diferenciação social e espacial proporcionada pela autodemarcação ainda não representam uma mudança efetiva no quadro de concentração fundiária estabelecido na região e no país. Entretanto, aponta a multiplicação dos movimentos políticos — indígenas ou ribeirinhos — na fronteira amazônica, como demonstrações dos grupos dominados, que se mostram capazes de constituir grupos de tipo novo, "os quais, por si só, constituem dispositivos que comportam a virtualidade histórica".